

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.773.124 - GO (2020/0263232-1)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : ZACHARIAS JOSE ELIAS MONTEIRO
ADVOGADO : FLÁVIO AUGUSTO DE SANTA CRUZ POTENCIANO -
GO016811
AGRAVADO : MARIA JOSE GOMES MONTEIRO
ADVOGADO : RODRYGO VINICIUS MESQUITA - GO020147

DECISÃO

Cuida-se de agravo apresentado por ZACHARIAS JOSE ELIAS MONTEIRO contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no art. 105, III, da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS, assim resumido:

Agravo de instrumento. Ação revisional de alimentos. Cumprimento de sentença. I - Imóvel residencial. Bem de família. Caracterização. Restando demonstrada a caracterização do imóvel penhorado como bem de família, deve-lhe ser concedida a proteção prevista na Lei n. 8.009/90, impondo-se, assim, a manutenção da decisão agravada nesse capítulo. II - Imóvel construído para guardar objetos do executado. Penhora. Desmembramento. Possibilidade. Verificação pelo juízo de origem. Mesmo que esteja protegido pela Lei nº 8.009/90, é possível a penhora da parte referente ao imóvel utilizado para armazenamento de objetos do executado, desde que seja definida a possibilidade fática de desmembramento do bem, sem que haja prejuízos à utilização do imóvel residencial pelo devedor, o que deverá ser apurado perante o juízo de origem. Agravo de instrumento conhecido e parcialmente provido.

Quanto à primeira controvérsia, alega violação do art. 1º da Lei n. 8.009/90, no que concerne à impenhorabilidade do bem de família em sua integralidade, trazendo os seguintes argumentos:

Ocorre que conforme se vê dos laudos de avaliações já acostados nos autos (movimentação nº10) o imóvel trata-se de lote único e o barracão (residência do Recorrente) alberga ambos, assim como o depósito de livros é uma extensão da residência, razão pela qual não deve ser desmembrada. As provas dos autos elidem as dúvidas que o bem determinado a penhora trata-se de um todo e único imóvel residencial do Agravado, portanto, protegido pela impenhorabilidade. (fl. 76).

Quanto à segunda controvérsia, alega divergência de interpretação do art. 5º da Lei n. 8.009/90, no que concerne à impossibilidade de desmembramento do bem considerado, trazendo os seguintes argumentos:

O acórdão combatido concluiu que não há óbice à realização de penhora do cômodo destinado ao depósito de livros (cômodo integrante da residência do Recorrente), in verbis:

[...]

Já a decisão paradigma decidiu que uma vez comprovado a impossibilidade de divisão do bem, como ocorreu no caso em tela pelas certidões apresentadas na movimentação nº10, está aquele protegido em sua integralidade pela impenhorabilidade:

[...]

Assim, fica evidente que o art. 5º da Lei Federal 8.009/90 foi interpretada de maneira divergente, razão pela qual é imperiosa a interposição do presente recurso (fls. 83-86).

É, no essencial, o relatório. Decido.

No que concerne ao recurso apresentado, quanto a ambas as controvérsias, incide o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que não houve a indicação do permissivo constitucional autorizador do recurso especial, aplicando-se, por conseguinte, a referida súmula: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Isso porque, conforme disposto no art. 1.029, II, do CPC/2015, a petição do recurso especial deve conter a “demonstração do cabimento do recurso interposto”.

Sendo assim, o recorrente, na petição de interposição, deve evidenciar de forma explícita e específica em qual ou quais dos permissivos constitucionais está fundado o seu recurso especial.

Esse entendimento possui respaldo em jurisprudência desta Corte Superior de Justiça, que no julgamento do AgInt no AREsp 1.479.509/SP, relator Ministro Francisco Falcão, assim definiu:

PROCESSO CIVIL. ADMINISTRATIVO. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. INCIDÊNCIA POR ANALOGIA DO ENUNCIADO N. 284 DA SÚMULA DO STF. DEFICIÊNCIA RECURSAL. ART. 1.029 DO CPC/2015. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DE DISPOSITIVO VIOLADO. PRETENSÃO DE REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N. 7 DA SÚMULA DO STJ.

[...]

II - Na espécie, incide o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que não houve a correta indicação do permissivo constitucional autorizador do recurso especial, aplicando-se, por conseguinte, a referida Súmula: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia".

III - Conforme disposto no art. 1.029, II, do CPC/2015, a petição do recurso especial deve conter a "demonstração do cabimento do recurso interposto". Sendo assim, o recorrente, na petição de interposição, deve evidenciar de forma explícita e específica em qual ou quais dos permissivos constitucionais está fundado o seu recurso especial, com a expressa indicação da alínea do dispositivo autorizador. Este entendimento possui respaldo em antiga jurisprudência desta Corte Superior de Justiça, que assim definiu: "O recurso, para ter acesso à sua apreciação neste Tribunal, deve indicar, quando da sua interposição, expressamente, o dispositivo e alínea que autoriza sua admissão.

[...] (Segunda Turma, DJe de 22/11/2019.)

Confirmam-se ainda os seguintes julgados: AgInt no AgInt no AREsp n. 1.015.487/RJ, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe de 2/8/2017; AgRg nos EDcl no AREsp n. 604.337/RJ, relator Ministro Ericson Marinho (desembargador convocado do TJ/SP), Sexta Turma, DJe de 11/5/2015; e AgRg no AREsp n. 165.022/SP, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Quinta Turma, DJe de 3/9/2013; AgRg no Ag 205.379/SP, relator Ministro José Delgado, Primeira Turma, DJ de 29/3/1999.

Quanto à primeira controvérsia, o Tribunal de origem se manifestou nos seguintes termos:

In casu, aparentemente, o “barracão” que está localizado o depósito de livros é independente da casa em que reside sendo possível o desmembramento do imóvel, sem prejuízo à moradia do agravado, inclusive possui matrícula distinta.

Contudo, referida verificação depende de prova a ser produzida no juízo de origem.

Assim, deve ser deferida a pretensão de penhora da parte referente ao imóvel de matrícula 1.294, livro 2-G, do Registro de Imóveis de Turvânia, desde que seja definida a possibilidade fática de desmembramento do bem, sem que haja prejuízos à utilização do imóvel residencial pelo devedor, o que deverá ser apurado perante o juízo de origem.

Por consequência, por depender o desmembramento do imóvel de comprovação da viabilidade perante o juízo de origem, deve ser mantida a decisão atacada no capítulo que indeferiu a designação de hasta pública, até a apuração de possibilidade de

desmembramento do imóvel pelo juízo singular. (fl. 61).

Assim, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”), uma vez que o acolhimento da pretensão recursal demandaria o reexame do acervo fático-probatório juntado aos autos.

Nesse sentido: “O recurso especial não será cabível quando a análise da pretensão recursal exigir o reexame do quadro fático-probatório, sendo vedada a modificação das premissas fáticas firmadas nas instâncias ordinárias na via eleita (Súmula n. 7/STJ)”. (AgRg no REsp 1.773.075/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe 7/3/2019.)

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgInt no AREsp 1.679.153/SP, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe de 1/9/2020; AgInt no REsp 1.846.908/RJ, relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe de 31/8/2020; AgInt no AREsp 1.581.363/RN, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 21/8/2020; e AgInt nos EDcl no REsp 1.848.786/SP, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 3/8/2020.

Quanto à segunda controvérsia, verifica-se que a pretensão da parte agravante é de ver reconhecida a existência de dissídio jurisprudencial, que tem por objeto a mesma questão aventada sob os auspícios da alínea “a”, que, por sua vez, foi obstaculizada pelo enunciado da Súmula n. 7/STJ.

Quando isso acontece, impõe-se o reconhecimento da inexistência de similitude fática entre os arestos confrontados, requisito indispensável ao conhecimento do recurso especial pela alínea “c”.

Nesse sentido: “A jurisprudência desta Corte firmou-se no sentido de que a incidência da Súmula 7/STJ também impede o conhecimento do recurso especial pela alínea c do permissivo constitucional, uma vez que falta identidade fática entre os paradigmas apresentados e o acórdão recorrido”. (AgInt no AREsp 1.402.598/RS, relator Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, DJe de 22/5/2019.)

Confirmam-se ainda os seguintes julgados: AgInt no AREsp 1.521.181/MT, relator Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, Terceira Turma, DJe de 19/12/2019; AgInt no AgInt no REsp 1.731.585/SC, relatora Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe de 26/9/2018; e AgInt no AREsp 1.149.255/SP, relator Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, DJe de 13/4/2018.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo para não conhecer do

Superior Tribunal de Justiça

recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente